

## **Avaliação Externa das Escolas** **Relatório de escola**

**Escola Secundária com 3.º Ciclo  
do Ensino Básico  
Dra. Laura Ayres  
QUARTEIRA**

**Delegação Regional do Algarve da IGE**  
**Datas da visita: 22 e 23 de Janeiro de 2009**

## I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa **Escola Secundária com 3.º ciclo Dra. Laura Ayres** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **22 e 23 de Janeiro de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização da Escola, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em: [www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)

### Escala de avaliação

#### Níveis de classificação dos cinco domínios

**MUITO BOM** – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**BOM** – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**SUFICIENTE** – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

**INSUFICIENTE** – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

## II - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária com 3.º CEB Dra. Laura Ayres localiza-se na cidade de Quarteira, no concelho de Loulé, a cerca de vinte quilómetros da cidade de Faro.

Estão matriculados 977 alunos dos quais 286 frequentam o terceiro ciclo do ensino básico, 42 os cursos de educação e formação, 351 os cursos científico-humanísticos, 188 os cursos profissionais e 65 os cursos tecnológicos. Os restantes 45 alunos encontram-se inscritos nos cursos nocturnos e em acções de curta duração, designadamente “Português Para Estrangeiros”, “Informática”, “Inglês” e “Contabilidade e Gestão”.

Do total de alunos do ensino diurno, 202 (22%) são de nacionalidade estrangeira, oriundos de 24 países, e 260 são subsidiados pela Acção Social Escolar (ASE). Grande parte dos alunos (66%) possui computador e Internet no domicílio. Na sua maioria, pertencem a famílias de nível socioeconómico médio que se encontram ligadas, principalmente, à área dos serviços e turismo. A escolaridade de 46% dos pais e encarregados de educação situa-se ao nível do ensino básico.

O serviço docente é assegurado por 130 professores, sendo 64 do quadro de escola, dos quais 11 são titulares, 29 do quadro de zona pedagógica, 24 contratados e 13 de técnicas especiais. A estabilidade e a experiência profissional do corpo docente é elevada, tendo em conta que 26 leccionam há mais de 20 anos. O pessoal não docente distribui-se da seguinte forma: 10 assistentes técnicos, 27 assistentes operacionais e um psicólogo.

O recinto escolar está rodeado por espaços verdes e integra sete edifícios (designados por blocos e polivalente), um campo polidesportivo, com relvado sintético, que se encontra vedado, e os balneários. O pavilhão gimnodesportivo localiza-se no exterior, havendo a necessidade de atravessar uma rua para aceder ao mesmo. A dimensão e dispersão dos edifícios e equipamentos dificultam a sua manutenção e permanente vigilância.

## III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

### 1. RESULTADOS

SUFICIENTE

Os valores dos exames nacionais do 9.º ano têm vindo a situar-se abaixo da média nacional, nos dois últimos anos lectivos, quer em Língua Portuguesa, quer em Matemática. No que concerne aos exames nacionais do 12.º ano, em 2007/2008, quando comparados os resultados da Escola com os referentes nacionais, verifica-se que, apenas na disciplina de História (cód. 623), a média obtida foi superior à nacional. Por sua vez, em Português (cód. 639), Matemática (cód. 635) e Desenho A (cód. 706) a média da Escola foi inferior à registada a nível nacional.

Os alunos são escassamente envolvidos nas tomadas de decisão da Escola, sendo praticamente inexistentes mecanismos para a sua auscultação e, igualmente, pouco significativas as iniciativas para a valorização do seu sucesso e comportamento. Têm participado apenas em eventos desenvolvidos no âmbito do Desporto Escolar e em algumas actividades organizadas pela Associação de Estudantes – torneios de futebol, baile e viagem de finalistas.

Existem algumas situações de indisciplina, maioritariamente provocadas pelos alunos do terceiro ciclo do ensino básico. Quando são observadas situações de comportamentos desajustados, os professores, os directores de turma e os funcionários tentam intervir de imediato, no sentido de prevenir a repetição daqueles actos.

Os pais e encarregados de educação (EE) mais participativos valorizam o trabalho desenvolvido pelos professores e o atendimento prestado pelos directores de turma. Os cursos de educação e formação e os cursos profissionais pretendem dar uma resposta diferenciada às necessidades do meio e dos

alunos e contribuir para a ainda reduzida valorização das aprendizagens por parte da comunidade local.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

SUFICIENTE

Para além da planificação e realização conjuntas de algumas actividades, a articulação disciplinar, ainda que incipiente, é mais visível nos conselhos de turma, nomeadamente ao nível da construção dos projectos curriculares, no terceiro ciclo do ensino básico. Não são desenvolvidos processos de supervisão interna ao nível da sala de aula. O acompanhamento da prática lectiva, nos departamentos, é realizado apenas através dos registos sobre o cumprimento das planificações e sobre a aplicação dos critérios de avaliação. É nos grupos disciplinares que se desenvolve um trabalho conjunto de programação, concretizado, posteriormente, nos conselhos de turma, através da sua adequação às características específicas dos alunos.

O reforço das aprendizagens desenvolve-se através dos apoios educativos, não sendo evidente a existência de procedimentos de monitorização e de avaliação dos mesmos, tendo em conta o seu contributo para o sucesso escolar. Existem espaços destinados ao esclarecimento de dúvidas e à elaboração de trabalhos, destacando-se o “Consultório de Matemática”, onde permanecem professores para atendimento dos alunos. Os restantes, como o “Centro de Aprendizagem”, a “Oficina de Geometria Descritiva” e o “Gabinete de Apoio de Geografia”, carecem de uma cultura organizativa que consolide a sua acção como um verdadeiro suporte de apoio e de enriquecimento das aprendizagens. Salienta-se o papel do Psicólogo no acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais e com comportamentos desajustados, que colabora, também, na divulgação da oferta educativa da Escola e na dinamização de acções destinadas ao esclarecimento e informação dos pais.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

SUFICIENTE

No planeamento da acção educativa não é perceptível uma cultura de escola decorrente de uma linha de actuação e de objectivos comuns, pois o Projecto Educativo, embora sujeito a uma reformulação no último ano lectivo, data de há oito anos atrás; o Plano Anual de Actividades, elaborado para o presente ano lectivo, apenas foi aprovado pelo Conselho Geral Transitório no mês de Janeiro; o Regulamento Interno, por sua vez, encontra-se desactualizado relativamente às estruturas de orientação educativa legalmente previstas.

Para a distribuição do serviço docente, encontram-se definidos critérios, destacando-se a continuidade pedagógica, quer na leccionação das turmas, quer na atribuição do cargo de director de turma, e a atribuição simultânea, a cada professor, de turmas do ensino regular e de outras de cursos orientados para o mundo do trabalho. Para o pessoal não docente, são tidos em conta os perfis funcionais e, também, as suas preferências. Não existe um plano de formação interna e a oferta do Centro de Formação não corresponde às necessidades da Escola. As acções concretizadas têm sido garantidas apenas por empresas fornecedoras de serviços ou por associações profissionais e sindicais.

Tem havido uma acção concertada da Direcção Regional de Educação com o Conselho Administrativo no sentido de proceder à remodelação e conservação das instalações escolares. Contudo, existem algumas carências, nomeadamente quanto aos espaços de convívio para os alunos e na cobertura do pavilhão gimnodesportivo. Para além dos lucros provenientes da gestão dos serviços de apoio, existem iniciativas para a angariação de fundos, quer através da cedência onerosa de vários espaços, quer por doações de entidades da região.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação, recentemente reactivada, revela-se muito empenhada na resolução dos problemas da Escola, numa acção conjunta com o Órgão de Gestão. Todavia, ainda não existe uma estratégia concertada para a organização e o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que acarrete uma maior participação dos pais.

O apoio específico, legalmente previsto, e a promoção de um projecto de multiculturalidade são estratégias que visam a inclusão dos alunos de outras nacionalidades, cujo número é elevado na Escola. O “Gabinet” constitui, igualmente, um espaço de integração e de acompanhamento dos alunos na área da Educação para a Saúde, com a intervenção de professores e de técnicos especializados.

#### 4. LIDERANÇA

SUFICIENTE

O Conselho Executivo mostra-se conhecedor e capacitado para o desenvolvimento das competências que lhe estão atribuídas. Contudo, manifesta alguma dificuldade quanto à mobilização da comunidade escolar para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado. Por outro lado, existe capacidade de autodeterminação ao nível das lideranças das estruturas intermédias que centram a sua acção nos processos de organização da Escola e nas tarefas que se prendem com a coordenação da actividade lectiva. No entanto, nem todos os coordenadores se revelaram informados sobre o trabalho desenvolvido no âmbito das disciplinas que integram os respectivos departamentos. O Conselho Geral Transitório, apesar de recente, tem tido um papel crítico na aprovação de documentos.

O pessoal não docente revela conhecer as suas áreas de actuação e empenho relativamente às tarefas que lhe são atribuídas, com vista à melhoria do serviço educativo prestado.

Foram desencadeados vários projectos na área das tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, a utilização dos equipamentos informáticos no aperfeiçoamento da circulação de documentos ainda não se constitui como um eixo visível da abertura à inovação. Nessa área, como noutras, a Escola tem vindo a aderir a parcerias com várias entidades que têm proporcionado o intercâmbio de experiências e de projectos, bem como o apoio estratégico para a concretização de algumas actividades e o desenvolvimento das competências práticas dos alunos dos cursos de educação e formação e dos cursos profissionais.

#### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

INSUFICIENTE

Não existe um processo organizado de auto-avaliação, nem se encontra designada, para o efeito, qualquer equipa de trabalho. As práticas existentes passam apenas pela elaboração de relatórios pelos directores de turma e pelo tratamento estatístico das classificações dos alunos nas diferentes áreas curriculares e a sua comparação com os resultados obtidos em anos lectivos anteriores. Por outro lado, nem sequer foram auscultados os diferentes agentes escolares sobre o grau de satisfação e a qualidade dos serviços prestados pela Escola.

O empenho do pessoal docente e não docente e a diversidade da oferta educativa podem constituir-se como um indício favorável à melhoria do serviço educativo e ao progresso da Escola.

### IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

#### 1. RESULTADOS

##### 1.1 SUCESSO ACADÉMICO

O valor médio dos resultados dos alunos do 9.º ano, nos exames nacionais, foi, quer em 2006/2007, quer em 2007/2008, de 2,8 em Língua Portuguesa e de 2,0 em Matemática, enquanto a nível nacional registaram-se 3,2 e 2,2, no primeiro ano, e, no segundo, 3,3 e 2,9, respectivamente. No que se refere aos exames do 12.º ano, em 2007/2008, os resultados obtidos foram superiores à média nacional na disciplina de História (cód. 623) – 11,9 contra 11,0 – e inferiores nas disciplinas de Português (cód. 639) – 8,8 para 10,4 –, de Matemática (cód. 635) – de 11,1 para 14,0 – e de Desenho A (cód. 706) – de 8,7 para

12,4 valores. No ano de 2007/2008, a taxa de conclusão do terceiro ciclo do ensino básico (3.º CEB) cifrou-se em 87,5 % e, no ensino secundário, a mesma foi de 89,9%. Através da comparação entre os resultados obtidos nos exames nacionais de 2006/2007 e as avaliações internas finais relativas ao mesmo ano, é possível verificar uma discrepância significativa entre as classificações internas de frequência e as externas, nomeadamente de 10,79 em Geometria Descritiva e de 4,99 em Matemática A. A justificação invocada para estas diferenças assentou no facto de, internamente, os critérios de avaliação considerarem outros parâmetros que não apenas a vertente cognitiva.

A Escola apresentou apenas a taxa de abandono do 3.º CEB que tem vindo a diminuir gradualmente, passando, no 9.º ano, de 30%, em 2004/2005, para 12%, em 2006/2007. Esta redução tem sido alegadamente fruto da diversificação da oferta curricular e do conseqüente reencaminhamento dos alunos para percursos alternativos mais adequados aos seus interesses e capacidades.

## 1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Com vista a promover a participação dos alunos, a Associação de Estudantes (AE), eleita em Novembro, tem desenvolvido algumas actividades, como a realização de torneios de futebol e a preparação do baile e da viagem de finalistas. Outras áreas de intervenção são o Conselho Pedagógico (CP) e o Conselho Geral Transitório (CGT), onde têm assento os seus representantes. Contudo, não faz parte da cultura da Escola a auscultação dos alunos, nem a divulgação das informações provenientes desses órgãos, não se encontrando constituída a assembleia de delegados. Os representantes dos alunos reuniram apenas uma vez para a discussão do Estatuto do Aluno. A reformulação do Projecto Educativo de Escola (PE) e a elaboração do Plano Anual de Actividades (PAA) não tiveram a colaboração dos alunos que desconhecem o respectivo conteúdo. A fim de promover o seu espírito de solidariedade, existem iniciativas como, por exemplo: o projecto “SOS Fome” (com início em 2005/2006 – recolha de alimentos pelas turmas do 9.º ano, destinados às famílias mais carenciadas de Quarteira) e a angariação de fundos para a “Associação Portuguesa de Amigos de Raoul Follereau” (contra a lepra).

As iniciativas existentes, destinadas à valorização do sucesso e do comportamento social e cívico dos alunos, não são muito significativas. Encontra-se instituído o prémio Jack Petchey (atribuído pela fundação com o mesmo nome) e a Biblioteca Escolar/Centro de Recursos (BE/CRE) promove o concurso do melhor leitor do mês, de modo a incentivar o gosto pela leitura. Com o mesmo objectivo, aos alunos dos cursos de Artes é dada a oportunidade de exporem os seus trabalhos nos diferentes espaços e de os publicarem no jornal “100 Comentários” que conta com uma tiragem que ronda os 150 exemplares por edição e é também patrocinado pela fundação acima identificada.

## 1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

As situações de indisciplina registam-se maioritariamente nas turmas do 3.º CEB, com maior incidência nas do 7.º ano e nas do primeiro ano dos cursos de educação e formação (CEF). Segundo funcionários e professores, estes alunos revelam-se imaturos e desconhecedores das regras da Escola, para além de já serem problemáticos nos estabelecimentos de onde são provenientes. Nos casos menos graves, existe uma actuação imediata e concertada dos professores, directores de turma e funcionários. Os restantes são tratados em cooperação com os encarregados de educação e, se necessário, com a intervenção do Conselho Executivo (CE).

Embora os alunos assumam que desconhecem o Regulamento Interno (RI), no 3.º CEB as regras de conduta são definidas nos projectos curriculares de turma (PCT) e, em algumas situações, encontram-se afixadas na parede da sala de aula. Por outro lado, no início do ano lectivo, receberam, através do director de turma, um resumo do RI, na parte que lhes diz directamente respeito. Também o CGT, em articulação com as coordenadoras de directores de turma, divulgou um documento simplificado sobre o novo Estatuto do Aluno.

## 1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

As características dos agregados familiares que, em número significativo, apresentam carências económicas e sociais, são apontadas pela Escola como as principais causas para a baixa valorização das aprendizagens. Todavia, as relações entre alunos, e entre estes e professores, são valorizadas e elogiadas pelos pais e encarregados de educação (EE) que revelam agrado pelo trabalho, apoio e acompanhamento contínuos, prestados aos alunos pela globalidade dos professores e dos directores de turma. Uma encarregada de educação referiu que “Todos os professores têm uma atenção com os alunos fora de série.”

Embora os entrevistados tenham afirmado que a Escola tem “má fama” no meio, foi generalizada a opinião de que a mesma não se coaduna com a realidade, pois “Não se passa nada aqui que não se passe nas outras escolas”.

Os cursos profissionais e os CEF, promotores de um ensino mais prático e de um contacto mais efectivo com contextos reais de trabalho, são considerados como uma mais-valia na formação técnica dos jovens, na sua continuidade na Escola e na sua preparação para o mercado de trabalho.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

### 2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

É ao nível dos conselhos de turma (CT) que se verificam algumas tentativas de articulação concreta entre os professores das diferentes disciplinas. Estas práticas, ainda incipientes, passam pela elaboração da caracterização da turma, no início do ano lectivo, pela construção dos projectos curriculares de turma (PCT) no 3.º CEB e em algumas turmas do ensino secundário, pela planificação e pela realização conjunta de actividades. Foi referido, a título de exemplo: o fabrico de troféus em cerâmica, pelos alunos das turmas de Artes, destinados a premiar os participantes no torneio de surf; o trabalho simultâneo das várias línguas leccionadas no 3.º CEB, sobre uma determinada área vocabular; a elaboração de um “Dicionário de Matemática”, no âmbito da disciplina, em conjunto com as línguas estrangeiras; a encenação de uma peça de teatro, numa turma do 8.º ano, com a intervenção das disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Visual, Geografia e de Música.

Não existem procedimentos que tenham como objectivo garantir a sequencialidade e a articulação entre o 3.º CEB e o ensino secundário, nem a adequação formal das planificações aos conteúdos trabalhados no nível anterior. Verificam-se apenas contactos informais entre professores que viabilizam a troca de informações sobre o aproveitamento e o comportamento dos alunos. As actividades conjuntas entre o 3.º CEB e o ensino secundário ocorrem, principalmente, em torneios desportivos e em eventos dinamizados pela BE/CRE.

### 2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

As linhas gerais da planificação da actividade lectiva a desenvolver são definidas pelos grupos disciplinares no âmbito de cada ano de escolaridade, procedendo-se, posteriormente, em sede de CT, à sua adaptação às características de cada turma. Aquelas estruturas continuam a ter um papel privilegiado na programação de actividades lectivas e na construção e partilha de materiais educativos, por parte de alguns professores.

A observação de aulas não se assume como uma prática instituída. Em alguns departamentos são elaborados registos sobre o cumprimento das planificações e, através de grelhas próprias, é aferida a aplicação dos critérios de avaliação. No entanto, não existem procedimentos que, de modo formal e generalizado, permitam aos coordenadores de departamento e/ou aos coordenadores do grupo procederem à supervisão do trabalho desenvolvido pelos professores.

### 2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

O “Centro de Aprendizagem” foi criado desde há longa data e destina-se a todos os alunos que pretendam esclarecer dúvidas, realizar trabalhos e, igualmente, utilizar os computadores. No entanto, no presente, face à casualidade da presença de professores que aí permanecem apenas quando não há substituições a fazer, não cumpre as suas finalidades. Existem, também, o “Consultório da Matemática” que funciona, durante o horário lectivo, com professores da disciplina; a “Oficina de Geometria Descritiva” e o “Gabinete de Apoio de Geografia”, espaços igualmente destinados ao apoio e reforço das aprendizagens, mas cuja frequência é mais significativa por parte dos alunos do ensino secundário, em véspera de testes ou de exames nacionais.

Os apoios educativos prestados aos alunos com dificuldades de aprendizagem resultam, muitas vezes, da decisão individual dos professores e, noutros casos, da análise realizada em sede de CT, não havendo evidências quanto ao seu acompanhamento e à avaliação da sua eficácia. Alguns dos entrevistados são também da opinião de que existe alguma resistência, por parte de alguns directores de turma, em impulsionarem o CT a adoptar estratégias específicas para aqueles alunos e a adequar o PCT às suas necessidades.

O Psicólogo faz parte da equipa pedagógica dos CEF e tem assento em todas as reuniões semanais dos CT, onde, em articulação com os professores, procede a uma avaliação diagnóstica dos alunos e sugere estratégias de intervenção. O seu papel é relevante no acompanhamento dos alunos com problemas disciplinares ou com dificuldades de aprendizagem. No entanto, a acção dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) não se encontra muito divulgada, de forma a ter um melhor aproveitamento.

### 2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A Escola proporciona à população escolar uma oferta educativa que, para além dos cursos destinados ao prosseguimento de estudos, abrange outros percursos escolares, quer no ensino diurno, quer no ensino nocturno. Destacam-se os cursos profissionais de “Técnico de Informática e Gestão”, de “Técnico de Turismo”, de “Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático” e de “Técnico de Restaurante e Bar”, a par com as acções de curta duração, criadas para dar resposta às necessidades do meio, designadamente da população emigrante.

Com o intuito de incentivar a prática experimental, anualmente, durante uma semana, os laboratórios estão abertos à comunidade, em geral, e aos alunos dos agrupamentos de escolas da cidade, em particular. A vertente experimental é mais evidente no ensino secundário, como parte integrante das actividades curriculares. No 3.º CEB, conforme os testemunhos recolhidos, embora exista o desdobramento das turmas nas disciplinas de Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas, são apenas os professores que fazem demonstrações sobre os conteúdos leccionados.

É no âmbito da actividade prática dos cursos de índole profissional que mais se observa a valorização das aprendizagens, quer no exterior, nos estágios realizados em empresas da região, quer dentro da própria Escola, onde, por exemplo, os alunos do Curso de “Cozinha” confeccionam refeições que, depois, são servidas pelos colegas do Curso de “Mesa e Bar” a professores e funcionários.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

### 3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O PE, disperso por três documentos, apresenta um enquadramento teórico e normativo de indicadores, como o de contrato de autonomia, a caracterização da Escola e do meio e as metas e objectivos da Escola. Este documento resultou de um trabalho integrado num círculo de estudos, frequentado por um conjunto de professores, há cerca de oito anos. Recentemente, foi objecto de reformulação, não envolvendo, todavia, toda a comunidade educativa. O Plano Anual de Actividades (PAA), elaborado para o presente ano lectivo e aprovado, apenas, em Janeiro de 2009, integra três

grandes áreas: actividades internas, actividades externas e projectos. Para cada uma das acções propostas, são indicados os professores responsáveis e as dimensões do PE que se pretendem abranger, o que demonstra preocupação em articular os dois documentos. O Projecto Curricular de Escola, disponibilizado na página da Internet, encontra-se desactualizado face ao contexto actual. O RI necessita igualmente de reformulação, pois as estruturas de orientação educativa nele previstas não correspondem às actualmente existentes.

### 3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Com o objectivo de tornar a distribuição de serviço mais equitativa e de permitir o contacto de todos os professores com realidades diferentes, como critério para a distribuição do serviço, foi definido que todos os docentes leccionem turmas do ensino regular e de outros percursos educativos. Como forma de assegurar a sequencialidade pedagógica, os DT são afectados às turmas, ao longo de cada um dos ciclos de escolaridade. Não existem critérios específicos para a leccionação das áreas curriculares não disciplinares. A distribuição de funções pelo pessoal não docente é realizada de acordo com as características pessoais de cada funcionário, com a capacidade de desempenho evidenciada e com o interesse manifestado. Neste processo, participam as responsáveis por cada sector e o Conselho Executivo. Esta gestão procura garantir a polivalência dos funcionários, de modo a prevenir eventuais faltas de assiduidade.

O levantamento das necessidades de formação apenas tem decorrido do actual sistema de avaliação do desempenho, para o pessoal não docente, sendo inexistente um plano de formação interna. A resposta às solicitações é limitada, ficando aquém do desejado. A formação ultimamente disponibilizada para o pessoal dos Serviços de Administração Escolar (SAE), foi financiada pela Escola e foi implementada através da empresa fornecedora dos programas informáticos utilizados. Para o restante pessoal, a oferta tem sido promovida pelos sindicatos e pelas associações profissionais.

### 3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

Segundo opinião generalizada, os equipamentos existentes dão resposta às necessidades, designadamente no que diz respeito ao material laboratorial, aos computadores e aos projectores multimédia disponíveis. Os edifícios escolares apresentam boas condições físicas e têm sofrido obras de melhoramento, de modo a dar resposta às exigências de funcionamento: beneficiação da sala de professores e do bufete e a criação de um espaço - "Restaurante Pedagógico" - destinado às aulas práticas dos cursos profissionais e do CEF. Foram apontados como aspectos menos positivos: a falta de espaços de convívio e de lazer para os alunos, em tempo de chuva; a reduzida oferta do acervo documental da BE/CRE; a carência de salas (considerando o aumento do número de alunos); o encerramento das instalações sanitárias, por entupimento dos esgotos. Por outro lado, existe descontentamento quanto ao pavilhão gimnodesportivo, não só por se situar no exterior do recinto escolar, o que pode originar problemas de segurança e contribuir para que alguns alunos cheguem atrasados às aulas, mas também porque, quando chove, fica inundado, impossibilitando a sua utilização. Existe um campo polidesportivo, que presentemente se encontra coberto com relva sintética, estando encerrado quando não há actividades lectivas, apesar de ser ponto de encontro em situações de emergência e de evacuação.

A gestão do bufete e da papelaria, a cedência onerosa de alguns espaços e a candidatura a projectos externamente subsidiados representam um importante contributo para o orçamento privativo que, no ano de 2008, correspondeu a 40% das verbas atribuídas pelo orçamento de Estado.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Apesar da disponibilidade demonstrada pelos DT, que facultam o atendimento fora do horário definido, o envolvimento dos EE é reduzido, sendo pontuais as acções que visam a sua participação nas actividades escolares, como as que têm lugar no âmbito do Desporto Escolar. No início do ano lectivo, realizam-se reuniões com a presença dos pais e de todos os professores das turmas, onde são transmitidas informações sobre a orgânica e os espaços da Escola, o regime de faltas, os critérios de

avaliação e as alterações ocorridas ao nível da legislação. Por iniciativa de um conjunto de EE, foi recentemente reactivada a Associação de Pais que, embora ainda não formalizada, é um recurso importante para a sua mobilização e um parceiro privilegiado na resolução de problemas. Graças à sua intervenção, já foram parcialmente reparadas algumas instalações sanitárias, cujas loiças foram igualmente renovadas por acção do seu representante no CGT.

Nas interações com outras entidades, destaca-se a Câmara Municipal de Loulé na cedência de transportes, no financiamento das visitas de estudo (10€ por aluno) e na disponibilização de uma funcionária para a BE/CRE.

### 3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Foi opinião geral que a diversidade é muito bem aceite, sendo visível na integração e no convívio entre os alunos. As estratégias de inclusão dos grupos minoritários e de promoção da multiculturalidade passam pelo apoio prestado aos alunos estrangeiros, através das aulas de Português Língua Não Materna, e pela dinamização de actividades como a “Semana da Interculturalidade” e de exposições sobre essa temática, realizadas pelos alunos das turmas de Artes.

Com o objectivo de dar resposta às necessidades dos alunos, no âmbito da promoção da educação para a saúde, nas áreas da educação sexual e da higiene e da segurança alimentar, foi criado o projecto “Gabinet”, onde, semanalmente, está presente uma enfermeira da extensão do Centro de Saúde de Loulé que desenvolve um programa de vacinação e apoia os alunos que, voluntariamente, ou encaminhados pelos DT, aí se dirigem. Assume também um papel importante na facilitação de consultas médicas de especialidade, como Oftalmologia, e na ligação com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

## 4. LIDERANÇA

### 4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

Observou-se existirem algumas lideranças intermédias fortes, participativas e motivadoras, que implicam os professores na discussão de temas com relevância para o funcionamento da Escola, mas cujas conclusões nem sempre se ajustam às orientações do CE. Também não reuniram consenso as decisões do Conselho Executivo quanto à delegação de funções com implicação e co-responsabilização das diferentes estruturas de coordenação pedagógica nas tomadas de decisão.

Como forma de dar resposta à diversidade da população escolar e ao crescimento demográfico de Quarteira, tendo em conta os recursos humanos e materiais existentes e as necessidades detectadas no meio, a Escola optou por diversificar a sua oferta curricular, tanto no ensino básico como no secundário, incluindo CEF e outros, vocacionados para o mundo do trabalho.

### 4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

Os professores e o pessoal não docente conhecem os seus papéis e responsabilidades e revelam-se motivados para o desempenho das suas tarefas específicas. As relações profissionais são consideradas profícuas e existe um ambiente que permite desenvolverem a sua actividade sem constrangimentos. Não se registam problemas graves de absentismo. Embora a valorização dos desempenhos não seja uma prática sistemática, no CP, é, por vezes, realçada a actuação de grupos de trabalho. A integração dos novos professores e assistentes técnicos é feita, essencialmente, pelo CE que dá orientações gerais sobre o trabalho e procede ao seu encaminhamento para os coordenadores dos grupos disciplinares ou para os responsáveis pelas outras áreas de funcionamento. Os SAE fazem um atendimento personalizado o que, na opinião de todos os entrevistados, contribui para a boa prestação daquele serviço.

A divulgação da informação constitui um aspecto menos positivo. Os assuntos tratados no CP são publicitados apenas junto dos professores e a utilização da Internet e da plataforma *Moodle* ainda não

está generalizada. Ressalva-se o trabalho realizado, a este nível, pelo CGT que tem a preocupação de, antes de cada reunião, fazer chegar, via correio electrónico, a todos os seus membros, o guião dos trabalhos, bem como documentos que necessitam de análise prévia.

#### 4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

As práticas existentes são suportadas pela capacidade de valorização das propostas apresentadas e pela existência de professores disponíveis para a adopção e desenvolvimento de diversos projectos como a “Rede Escolar de Técnicos Sociais do Algarve”, que visa o intercâmbio de experiências e de aprendizagens entre os alunos e professores dos cursos tecnológicos e profissionais das escolas secundárias do Algarve, e “Escolas de Excelência - Rede Escxel”, que promove o desenvolvimento de modelos de monitorização do desempenho e auto-avaliação das escolas. Este projecto decorre de uma parceria com o Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. A adesão e utilização das novas tecnologias ainda não é uma prática regular e generalizada por parte de alguns professores, pois existe alguma resistência no seu uso como instrumento de trabalho, na sala de aula. No entanto, foi implementado na BE/CRE um sistema que permite à responsável ter conhecimento de todas as consultas feitas nos computadores, de modo a controlar o acesso a determinados “sites”.

#### 4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

Para dar resposta às componentes formativas dos CEF e dos cursos profissionais, foram celebrados protocolos com a Câmara Municipal de Loulé, a Junta de Freguesia de Quarteira, a Fundação António Aleixo e outras instituições e empresas locais, que têm permitido, em contexto real de trabalho, que os alunos apliquem e alarguem as suas competências técnico-profissionais. Por outro lado, são desenvolvidos projectos que obrigam ao estabelecimento de diversas parcerias, destacando-se: o projecto “Boa Onda”, inserido no Programa Escolhas, que aponta para a intervenção social no Bairro da Abelheira, de onde provém um número significativo de alunos; o “Clube de Xadrez”, da iniciativa de um professor sem componente lectiva que funciona na sala de alunos durante o horário escolar; o “Desporto Escolar”, onde se destacam os grupos/equipa de andebol masculino, voleibol feminino e masculino, futsal feminino, ténis, natação e surf; e o projecto “Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário” (OTES) que visa acompanhar os jovens dentro do ensino secundário e conhecer as diversas modalidades de transição. Não é perceptível a articulação destas acções com o PE e a existência de processos de avaliação que questionem a sua pertinência e eficácia na melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares.

### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

#### 5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

Não têm sido desenvolvidas iniciativas de auto-avaliação organizadas e sistemáticas que dêem sustentabilidade ao planeamento da acção educativa, nem é regular a auscultação da comunidade escolar, no sentido de avaliar o seu grau de satisfação sobre a qualidade dos serviços prestados ou de conhecer eventuais propostas de melhoria. Pelas opiniões recolhidas, a Escola apenas tem um conhecimento empírico sobre estes aspectos. Verificam-se, no entanto, algumas práticas como a elaboração, no final do ano lectivo, de relatórios de desempenho dos directores de turma, elaborados pelos próprios. No ano lectivo transacto, realizou-se uma análise comparada dos resultados dos alunos entre 2004 e 2007, através do tratamento estatístico das classificações de frequência, das taxas de transição e de conclusão e do abandono escolar. Nesse estudo, inconsequente, foram também incluídos os resultados obtidos nos exames nacionais, ao longo daquele mesmo período. Tal análise de dados, a par da não inclusão de outras dimensões do funcionamento, ainda não se constitui como um processo de auto-avaliação consequente, sendo inexistente qualquer relatório actualizado sobre o desempenho global da Escola.

## 5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

Há sinais positivos, propiciadores da sustentabilidade e do progresso da Escola com base em evidências como: o empenho do pessoal docente e não docente que, com o seu trabalho, contribuem para a satisfação dos EE mais participativos; a diversidade da oferta educativa, impulsionadora do sucesso educativo e da integração no mercado de trabalho; e a diversidade cultural, promotora da formação pessoal e social dos alunos. Contudo, estes aspectos terão que ser reforçados através do envolvimento dos alunos e dos respectivos EE nas actividades escolares e de um processo de supervisão e monitorização que, de modo sistemático, avalie a eficácia das medidas tomadas, nomeadamente no que diz respeito aos apoios educativos prestados e permita estabelecer estratégias de melhoria.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da **Escola Secundária com 3.º ciclo Dra. Laura Ayres** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a Escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

### Pontos fortes

- O empenho do pessoal docente e não docente concorre para a melhoria do serviço educativo prestado pela Escola;
- A inclusão de alunos provenientes de várias nacionalidades promove a educação para a cidadania e o respeito pela diferença;
- A diversidade da oferta educativa contribui para dar resposta às necessidades dos alunos e do meio;
- Os projectos e as parcerias em que a Escola participa constituem mais-valias para a diversificação das experiências de aprendizagem.

### Pontos fracos

- O elevado diferencial negativo entre as classificações internas de frequência e os resultados obtidos nos exames nacionais revelam falta de objectividade nas aprendizagens e prejudicam a imagem da Escola no meio;
- A insuficiente auscultação dos alunos sobre a organização e o funcionamento da Escola podem constituir factores de desmotivação e de falta de empenho na dinamização da vida escolar;
- A debilidade dos processos de articulação curricular com outras escolas e intra e inter departamentos não favorece a sequencialidade das aprendizagens entre ciclos de estudo e níveis de ensino;

- A deficiente monitorização global dos apoios educativos não potencia o conhecimento da sua eficácia, bem como a reorientação das medidas a adoptar;
- A desactualização e desadequação dos documentos estruturantes e orientadores do funcionamento da Escola e a inexistência de uma cultura organizacional condicionam a reformulação das práticas e a implementação de processos de melhoria;
- A carência de formação mais específica e orientada para docentes e não docentes limita o seu desenvolvimento profissional;
- A ausência de procedimentos organizados de auto-avaliação inviabiliza a concepção de planos de melhoria que contribuam para o progresso sustentado da Escola.

### Oportunidades

- A reactivação da associação de pais e encarregados de educação pode potenciar a sua mobilização e a valorização da Escola e das aprendizagens;
- O reforço das parcerias com a autarquia e com outras instituições do concelho e da região pode contribuir para a resolução dos problemas relacionados com a melhoria das condições físicas da Escola e facilitar a integração dos alunos no mercado de trabalho.

### Constrangimentos

- O atraso que sistematicamente se verifica nas inscrições de muitos alunos e o abandono precoce da Escola para ingresso no mercado de trabalho condicionam o processo de constituição de turmas, no início do ano lectivo, e os índices de sucesso académico alcançados.

#### Nota da Direcção da IGE

Atendendo às classificações atribuídas nesta fase de avaliação externa, esta Escola deverá beneficiar de apoio específico da administração educativa, com a participação activa da Direcção Regional de Educação do Algarve e o acompanhamento por parte da IGE. Neste sentido, a Escola proporá um plano de melhoria, com objectivos e metas a cumprir.